

O Jornal A Província de São Paulo e a Ideia de uma Pátria Paulista nos Anos Finais do Império¹

Adalton Franciozo DINIZ²

Faculdade Cásper Líbero, São Paulo, SP

Resumo

Esta pesquisa analisa a repercussão do movimento contra a centralização político-administrativa do Império brasileiro nas páginas do jornal A Província de São Paulo no período de 1875 a 1889. A ênfase recairá sobre o movimento Pátria Paulista liderado, principalmente, por uma facção do Partido Republicano. A partir da análise dos editoriais e artigos publicados no jornal A Província de São Paulo entre os anos de 1875 e 1889, esta pesquisa, além de recuperar um momento da história política de um importante veículo da imprensa nacional, visa recuperar a maneira como esse jornal conciliou o desempenho de seu papel político com as restrições impostas ao seu caráter de empreendimento comercial.

Palavras-chave: imprensa; história; federalismo; Império; República.

Texto do Trabalho

Na segunda metade do século XIX teve início na província de São Paulo um período de crescimento econômico que se estenderá por décadas. Esse crescimento foi claramente impelido pela lavoura de café. Em 1836, 1854 e 1886 a produção de café em São Paulo alcançou, respectivamente, as seguintes cifras; 590.066 arrobas, 3.534.256 arrobas e 10.374.350 arrobas.³ O exuberante aumento da produção cafeeira resultou em um significativo aumento da importância da província paulista na economia e nas finanças do Império brasileiro.

Esse fenômeno foi percebido pelos representantes das elites paulistas da época e, à medida que a província tornava-se mais importante economicamente, desenvolvia-se também a oposição à estrutura político-administrativa excessivamente centralizada do Império brasileiro. Isso porque, essa estrutura operava de modo a transferir para fora da

¹ Trabalho apresentado no GP História do Jornalismo do XV Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professor dos Cursos de Jornalismo, Publicidade e Propaganda e Relações Públicas da Faculdade Cásper Líbero, email: adaltondiniz@bol.com.br

³ Cf. Sérgio Milliet. **Roteiro do café e outros ensaios**, p. 21-22.

província, sob a forma de impostos, grande parte da riqueza produzida, impedindo, desse modo, que as benesses da prosperidade da econômica paulista fossem desfrutadas plenamente em seu território. No período de 1860 a 1869, em média, 44% do montante de tributos arrecadado anualmente pelo governo do Império em São Paulo foi carreado para fora da província; no período de 1870 a 1879, esse percentual foi de 65% e no período de 1880 a 1889, o percentual de transferência atingiu 73%.⁴ Nota-se claramente que a exploração fiscal da província aumentava juntamente com o crescimento da economia. Essa exploração, aliada à falta de autonomia da administrativa, discontentava a elite provincial.

A face mais evidente do descontentamento paulista com a estrutura político-administrativa do império foi a disseminação do movimento republicano na província. Segundo George C. A. Boehrer (1954, p. 73-119), São Paulo foi a província brasileira em que o Partido Republicano se implantou mais solidamente. A simpatia dos paulistas pelo Partido Republicano decorria, em grande parte, da franca oposição desse partido à estrutura político-administrativa centralizadora do Império e, conseqüentemente, do seu apoio à organização federativa do país (CASALECCHI, 1987, p. 45).

À medida que aumentava a percepção do dano que o sistema político-administrativo centralizado do Império causava à província, a oposição a ele se acirrava em São Paulo. O auge dessa oposição aconteceu em 1887 quando se disseminou a ideia de que apenas a total independência da província eliminaria os obstáculos que emperravam o seu desenvolvimento. Nesse ano, a ideia de secessão da província foi debatida abertamente na imprensa, no congresso do Partido Republicano Paulista e em livros.⁵ O movimento separatista paulista restringiu-se apenas ao debate de ideias e, com o advento da República, as aspirações descentralizadoras de São Paulo foram atendidas pelo regime federativo.⁶

O Jornal A Província de São Paulo

Criado por uma comissão nomeada pelo Congresso Republicano de Itu, realizado em 1873, o jornal A Província de São Paulo teve como principais organizadores Américo Brasiliense e Campos Sales. A sociedade comanditária constituída para a fundação do jornal incluiu,

⁴ Cf. Adalton Franciozo Diniz. **Centralização política e apropriação de riqueza: análise das finanças do Império brasileiro (1821-1889)**, p. 196.

⁵ Em 1887, foram publicados pelo menos dois livros defendendo a independência de São Paulo: A pátria paulista, de Alberto Sales, e Propaganda separatista. São Paulo independente, de Martim Francisco Ribeiro de Andrada.

⁶ Um importante estudo desse movimento foi realizado por Cássia Chrispiniano Adduci, **A Pátria Paulista**.

além dos já citados, diversos fazendeiros de café do Oeste Novo paulista. A redação do novo jornal foi confiada a Francisco Rangel Pestana e Américo Brasília de Campos.⁷

Embora fossem em sua grande maioria favoráveis à República, os fundadores de A Província de São Paulo mostravam-se cautelosos diante da possibilidade real da queda da monarquia. Por essa razão, em lugar de se apresentar como porta-voz do Partido Republicano Paulista (PRP), o novo periódico preferiu adotar uma linha política independente, intervindo de maneira autônoma "na discussão dos assuntos políticos e sociais". Desde o seu início, o jornal defendeu os interesses da elite agrária, combatendo a centralização política e administrativa imposta pelo governo do Império. O periódico reivindicava igualmente eleições diretas para o Senado e para a presidência das províncias, a separação entre a Igreja e o Estado, a instituição do casamento e dos registros civis e a substituição progressiva do trabalho escravo pelo trabalho livre. Já a partir de seu segundo número, o jornal introduziu em suas páginas uma "Seção Livre" - mantida, aliás, até hoje - onde eram publicados comentários, discussões religiosas ou políticas e casos pessoais ou polêmicos. Duas ou três vezes por semana eram publicados editoriais de cunho anticlerical, antiescravagista e antimonárquico.

As crises financeiras atravessadas pelo A Província de São Paulo, em seus primeiros anos de vida, conduziram, em 1882, à dissolução da sociedade comanditária que o controlava. O periódico passou então à propriedade exclusiva de Francisco Rangel Pestana, tornando-se ao mesmo tempo um órgão do PRP. Em outubro de 1884, Rangel Pestana vendeu metade do jornal à firma Alberto Sales e Cia, mas a recomprou em dezembro de 1885. Uma nova sociedade comanditária foi constituída, e nesse momento Júlio César Ferreira de Mesquita, genro de José Alves de Cerqueira César, um dos fazendeiros que compunha o grupo fundador do jornal, ingressou na empresa como redator-gerente. A partir de 1888, Júlio Mesquita passaria a diretor do A Província de São Paulo, ao lado de Rangel Pestana.

Ao longo de sua existência, o A Província de São Paulo tornou-se um dos mais importantes órgãos do radicalismo liberal na província. O jornal desenvolveu duas grandes campanhas, defendendo a abolição da escravatura e a proclamação da República. A campanha abolicionista, mais explicitamente assumida, foi acompanhada da campanha em

⁷ Cf. ESTADO de São Paulo, O: banco de dados. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/index.htm>>. Acesso em: 8 dez. 2004. Nos parágrafos seguintes, os dados históricos do Jornal A Província de São Paulo, até o advento da república foram obtidos dessa mesma fonte.

prol do incremento da imigração de colonos europeus. A campanha republicana, intensificada na fase final da campanha abolicionista, viu igualmente seus objetivos alcançados com a proclamação da República, em 15 de novembro de 1889. Nesse momento, o jornal A Província de São Paulo passou a chamar-se O Estado de S. Paulo.⁸ Além dessas importantes campanhas nas páginas do A Província de São Paulo ecoaram todos os importantes debates que marcaram a trajetória do republicanismo em São Paulo. Dentre esses, o debate pela descentralização político-administrativa do Império que acabou culminando na proposta separatista. Como se afirmou acima, as ideias secessionistas foram veiculadas por meio da imprensa e de livros. O jornal A Província de São Paulo, foi um dos principais difusores da propaganda separatista.

Pátria Paulista: O Movimento Separatista em São Paulo⁹

O acirramento da oposição à centralização político-administrativa na província de São Paulo aconteceu em 1887. Nesse ano, entre os meses de janeiro e agosto, principalmente, a ideia de secessão da província foi debatida abertamente na imprensa, no congresso do Partido Republicano Paulista e em livros. O debate disseminou a ideia de que apenas a total independência da província eliminaria os obstáculos que emperravam o seu desenvolvimento. Os principais agitadores do separatismo na província foram os republicanos Francisco Eugênio Pacheco e Silva, Alberto Salles e Joaquim Fernando de Barros e o político de posições ambíguas quanto à mudança de regime, Martim Francisco Ribeiro de Andrada.¹⁰

De acordo com Sérgio Buarque de Holanda (1985, p. 70 e 274-279), a excessiva centralização do Império tendia a criar focos generalizados de descontentamento. Todavia, nas regiões do país onde a economia alcançou maior dinamismo, esse descontentamento foi mais agudo devido a percepção de que seus interesses não estariam sendo levados em consideração. Esse foi o caso da província de São Paulo cujo vigor econômico, alcançado nas décadas finais do Império, motivou o crescente descontentamento contra a centralização, que supostamente oprimia e asfixiava o seu progresso.

⁸ Para a história do jornal O Estado de São Paulo nas primeiras décadas republicanas ver: Maria Helena Capelato, **Os Aautos do Liberalismo**; Maria Helena Capelato e Maria Lígia Prado, **O Bravo Matutino**.

⁹ A descrição do movimento separatista em São Paulo a seguir é, em grande parte, uma síntese dos trabalhos de Cássia Chrispiniano Adduci, **A Pátria Paulista**, e Sérgio Buarque de Holanda, **Do Império à República**.

¹⁰ Em 1887, foram publicados pelo menos dois livros defendendo a independência de São Paulo: **A pátria Paulista**, de Alberto Salles, e **Propaganda separatista. São Paulo independente**, de Martim Francisco Ribeiro de Andrada.

A propaganda separatista irrompe abertamente em São Paulo. Concentrada em dois importantes periódicos republicanos, *Diário Popular* e *A Província de São Paulo*, a campanha assume a forma de cartas que se publicam em colunas desses jornais e que, posteriormente, são reunidas em folheto de distribuição gratuita. O movimento encontrou larga ressonância na província. Em alguns jornais a propaganda se difundiu por meio das sessões pagas.

No Congresso do Partido Republicano Paulista realizado em 30 de maio de 1887, uma moção separatista apresentada por alguns delegados recebeu numerosas adesões. A única voz que se levantou contra a ideia foi Júlio Mesquita, proprietário do jornal *A Província de São Paulo*, que a julgou inconveniente e contraproducente para o Partido (HOLANDA, 1985, p. 170-173). Até mesmo o líder republicano e futuro presidente da república, Campos Salles, defendeu a adesão do Partido ao movimento separatista. Todavia, a moção separatista foi recusada pelo congresso (ADDUCI, 2000, p. 170-173).

O movimento separatista paulista pode ser dividido em três vertentes. Para muitos propagandistas, a separação era vista como o ponto de partida de um processo que provocaria a derrocada do Império e conduziria à constituição de uma república federativa que abarcaria todas as antigas províncias. Outros, defendiam que após a separação de São Paulo e a derrocada do Império, essa província deveria formar uma república federativa sulina, juntamente com a região sul da província de Minas Gerais e as províncias de Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Por fim, um vertente mais radical, defendia que São Paulo deveria formar uma nova república, sem nenhuma aliança formal com as antigas províncias do Império (HOLANDA, 1985, p. 276).

O Jornal A Província de São Paulo e o Separatismo

Apesar das estreitas ligações com o movimento republicano, o jornal *A Província de São Paulo* apresentava-se como um veículo imparcial. No prospecto distribuído em avulso e, depois, reproduzido nas colunas de seu primeiro número, ele assim se apresenta:

Não sendo órgão de partido algum nem estando em seus intuitos advogar os interesses de qualquer deles e, por isso mesmo, colocando-se em posição de escapar às imposições do governo, às paixões partidárias e às seduções inerentes aos que aspiram ao poder e seus proventos, conta a *Província de São Paulo*, fazer da sua independência o apanágio de sua força e a medida da severa moderação, sisudez, franqueza, lealdade e

critério em que fundará o salutar prestígio a que se destina a imprensa livre e consciente.¹¹

Colocando-se acima de qualquer parcialidade política, o jornal apresentava-se como representante das aspirações da província de São Paulo: “Criada pelo concurso de capitais fornecidos por agricultores, comerciantes, homens de letras e capitalistas, está ela no caso de satisfazer às mais legítimas aspirações da rica e briosa província, cujo nome toma para seu título; e isto justifica o seu aparecimento”.¹²

Todavia, apesar da declaração de imparcialidade, o vínculo do jornal com os republicanos paulistas era por demais evidente. Como já foi mencionado, a criação do jornal foi financiada com recursos fornecidos por simpatizantes do movimento republicano. Por sua vez, até o final do Império, o seu editorialista político foi, permanentemente, o advogado Francisco Rangel Pestana, um veterano militante do movimento republicano, signatário do Manifesto Republicano de 1870.¹³ Além disso, entre os seus redatores e articulistas constavam os nomes dos mais importantes agitadores do movimento republicano na província de São Paulo: Campos Salles, Américo Brasiliense, Américo de Campos, Alberto Salles e João Tibiriçá Piratininga. E finalmente, uma ligação tão estreita com o movimento republicano não poderia deixar de ter reflexos em suas páginas. O conteúdo do jornal denuncia a sua adesão à causa republicana. Comunicados de eventos promovidos pelo Partido Republicano Paulista, transcrição de textos assinados pelo partido, divulgação da candidatura de políticos republicanos e campanha franca em favor dos mesmos podem ser ordinariamente encontrados nas páginas do jornal ao longo de todo o período transcorrido desde sua fundação até o final do Império. Frequentemente a seção editorial do jornal, denominada “A Província de São Paulo”, criticava decisões do governo imputando-as ao caráter personalista, absolutista, corrupto e despótico da monarquia brasileira.

O governo é de fato absoluto: guarda apenas às vezes as aparências do sistema constitucional representativo.

Mas ele também se acha profundamente contaminado: a corrupção vai o enfraquecendo de dia em dia.

Em outros tempos, o imperador não tinha a responsabilidade dos atos maus que corriam por conta dos ministros: só os bons eram atribuídos

¹¹ A Província de São Paulo, 4 de janeiro de 1875.

¹² A Província de São Paulo, 4 de janeiro de 1875.

¹³ Em raras ocasiões, durante o período em que foi proprietário do jornal, Alberto Salles, que também era republicano, assinou editoriais.

a ele. Agora, porém, não é assim: a condenação é direta, as acusações afetam a sua capacidade de estadista, assaz comprometida.¹⁴

Neste outro editorial a crítica aos métodos políticos da monarquia também é implacável: “Dizem os áulicos: ‘o imperador resolveu-se governar diretamente porque não encontra homens’. (...) deprimir o povo para erguer o seu chefe foi sempre o meio de firmar o despotismo”.¹⁵

Em outras ocasiões o editorial exaltava os republicanos, como pode ser observado no seguinte trecho editorial:

O republicano é republicano porque descrê da monarquia e se ele concorre para o funcionamento dos seus aparelhos, é, por entender que, no desempenho do mandato, deve influir com seus conselhos e voto para que os efeitos desse funcionamento sejam mais benéficos para o país. Vai nisso muito patriotismo, e elevada compreensão da pátria, a que prestam seus serviços sem preconceito partidário.¹⁶

No entanto, o jornal não pregava a derrubada imediata da monarquia. A linha editorial do jornal refletia a estratégia adotada pelo Partido Republicano. Os republicanos almejavam alcançar o seu principal objetivo, a mudança do regime, por meio do que denominou “política evolucionista”.¹⁷ A sua estratégia rejeitava, portanto, a pregação revolucionária e privilegiava o debate político. O Partido Republicano dispunha-se, inclusive, a colaborar com a administração imperial naquelas circunstâncias em que fosse possível. Desse modo, por meio de uma doutrinação paciente, os republicanos pretendiam ampliar a adesão às suas propostas, o que, no futuro, conduziria à mudança do regime.

Essa estratégia foi explicitada com simpatia em um editorial do jornal:

Em relação aos fins da propaganda republicana, os representantes do novo partido, concorrendo para melhorar os movimentos da atual engrenagem do Império prestando apoio aos atos da administração, com esperança de servir assim aos interesses provinciais de momento, sacrificam em grande parte os intuítos políticos do partido à causa pública tal qual se define na atualidade.

Em tais condições, no desempenho do mandato, atendem mais à sua qualidade de deputados da província que à de representantes de um partido que trabalha pela mudança da forma de governo, atuando antecipada e poderosamente sobre os costumes (...). Creem que podem, por esse meio,

¹⁴ A Província de São Paulo, 27 de abril de 1875.

¹⁵ A Província de São Paulo, 30 de abril de 1875.

¹⁶ A Província de São Paulo, 8 de fevereiro de 1884.

¹⁷ A Província de São Paulo, 10 de fevereiro de 1884.

chegar à reforma pelo convencimento dos monarquistas, pela sinceridade na cooperação do bem de hoje e esperança da cooperação na organização de amanhã.¹⁸

Desse modo fica evidente que o discurso da imparcialidade encetado pelo jornal era muito mais um artifício retórico do que um projeto de prática política e jornalística. Supondo que a imparcialidade fosse impossível, ainda assim, pode-se afirmar que, desde o início, ela, de fato, não estava no horizonte do A Província de São Paulo.

À assinalada estratégia política evolucionista dos republicanos juntou-se, por sua vez, às aspirações particulares da província paulista, as quais A Província de São Paulo se propunha representar, para configurar a linha editorial que caracterizou o jornal ao longo do período que se estendeu de sua fundação ao final do Império. Apesar de relegar para o segundo plano a defesa da mudança de regime o jornal combateu acirradamente a centralização política que caracterizou o Império brasileiro. A defesa da autonomia provincial era o elo que unia a defesa das aspirações províncias e o objetivo republicano. Por meio da defesa da autonomia provincial, acreditavam os editores do jornal, atendia-se os interesses da província e solapava-se alicerces do edifício imperial. Essa estratégia foi explicitada claramente em um editorial.

A centralização é ao presente o objetivo de nossa propaganda, como representantes que somos das aspirações e necessidades gerias da sociedade, e combatê-la em todas as suas formas é o trabalho que procuramos executar.

Produto de esforços bem combinados no interesse de avigorar a monarquia, a centralização criou o despotismo de fato, pouco sensível aos cidadãos tomados na generalidade e mal compreendidos por muitos homens que vivem neste país, onde a natureza parece incitá-los a ser livres e grandes.

Atacar, portanto, sempre com energia e oportunidade, esse polvo (...) é missão de maior importância na atualidade.

Para este ponto devem convergir as forças da imprensa liberal, pois, que cada anel da imensa e forte cadeia, que nos oprime, cair despedaçado pela força da vontade popular, será mais um degrau da luminosa escada que leva os povos ao regime da democracia.¹⁹

Fica evidente, portanto, que o jornal entendia que o combate à centralização era o caminho que conduziria à república. Daí que a centralização político-administrativa, ou o seu oposto a descentralização, fossem os temas constantes de seus editoriais. Qualquer assunto tornava-se pretexto para criticar a centralização e, por outro lado, a descentralização

¹⁸ A Província de São Paulo, 8 de fevereiro de 1884.

¹⁹ A Província de São Paulo, 23 de outubro de 1875.

era prescrita como o remédio para a cura dos graves problemas enfrentados pela província de São Paulo e pelo país.

Tirem à província (de São Paulo) as peias que a centralização há criado e com afinco sustentado que ela será em pouco tempo um foco de luz a derramar-se por todo o país.

Os elementos naturais abundam e a índole de seus habitantes se presta a fazer dela uma terra invejável. O trabalho é o seu maior título de nobreza.

Deem-lhes a descentralização, deixem-na os retemperarem-se ao toque da liberdade, a *anima mater* das indústrias e conselheira da ordem.²⁰

Para o jornal, em sintonia com a resolução do partido republicano paulista, a descentralização ou a federalização do Império, era também o mecanismo mais adequado para que o problema da escravidão fosse resolvido sem gerar uma crise econômica, política e social no País.

Parece-nos, portanto, que o programa do partido republicano de São Paulo, relativo à emancipação dos escravos, é o mais prático e que envolve uma questão de grande alcance político para a transformação social; pela abolição a cargo das províncias chegaremos a autonomia política e descentralização administrativa sob a forma de federação.²¹

A ênfase no combate à centralização e o empenho em apresentar a descentralização como uma panaceia com o poder de curar todos os males do país, levou o jornal a defender a descentralização em nome da grandeza do Império, à revelia do projeto republicano portanto.

Tudo está, pois, indicando que da descentralização dependem a prosperidade das províncias e a grandeza do Império. Não há argumento, porém, que force os nossos estadistas a virem ao vivo essa grande necessidade.

Entretanto, a federação é a forma que se impõe e que há de triunfar em prazo curto.²²

A descentralização político-administrativa era a bandeira mais cara aos republicanos. A sua importância superava até mesmo a proposta de mudança de regime, pois, como se viu acima, este objetivo seria alcançado por meio daquele: a descentralização

²⁰ A Província de São Paulo, 15 de janeiro de 1875.

²¹ A Província de São Paulo, 25 de julho de 1884.

²² A Província de São Paulo, 11 de agosto de 1884.

conduziria à república, naturalmente. A ênfase na bandeira descentralizadora, ou federalista, é considerada por muitos analistas, o fator chave para explicar a força do Partido Republicano na província.

O jornal A Província de São Paulo e o movimento separatista

O movimento separatista em São Paulo, contou com a adesão de importantes membros do Partido Republicano, como Campos Salles e Alberto Salles.

No Congresso do Partido Republicano Paulista, realizado em 30 de maio de 1887, Campos Salles apresentou um projeto de manifesto em favor do separatismo que deveria ser assinado pelo Partido. Nesse manifesto, o futuro presidente da república afirma o seguinte: “O separatismo, examinado a luz dos verdadeiros princípios da democracia moderna e do valor real dos precedentes históricos, é ineludivelmente uma causa patriótica, porque é um princípio benéfico”.²³

Campos Salles acreditava que o engajamento do Partido Republicano Paulista na campanha separatista era fundamental para dar ordem ao movimento. Segundo ele, caberia ao partido traçar uma norma de conduta dos partidários perante o país e, também, perante seus correligionários políticos.²⁴

Alberto Salles, por sua vez foi um dos mais salientes propagandistas do separatismo, tendo, inclusive, publicado em 1887, um livro de sua autoria sob o título *A Pátria Paulista*. Nesse livro Salles afirmou o seguinte:

Em troca dessa vida inglória e completamente anônima que leva a província no seio da atual organização monárquica, esterilizando-se de dia em dia nas lutas improficuas que sustenta contra o terrível minotauro do governo central, receberia ela pelo separatismo a sagração solene de sua autonomia política e, conseqüentemente, a suprema garantia de seus direitos e da direção livre e independente de seu destino. Não há dúvida, portanto, que por este lado incalculáveis seriam as vantagens que para nós poderiam advir do separatismo.²⁵

Ambos os republicanos separatista tiveram muita importância na história do jornal. Campos Salles fez parte da comissão encarregada pelo Partido de Republicano de criar o órgão de imprensa que divulgaria as ideias dessa agremiação política. Como já foi visto, do

²³ Apud. Alberto Salles, *A Pátria Paulista*, p. 115.

²⁴ Idem, p. 113.

²⁵ Alberto Salles, *Op. cit.*, p. 46.

trabalho da comissão surgiu A Província de São Paulo. Alberto Salles, por sua vez, foi proprietário do jornal entre 1884 e 1885.

Além da proximidade do jornal com dois propagandistas e ideólogos do movimento separatista, as páginas do jornal também serviram de veículo de propaganda separatista. Como já foi mencionado anteriormente, uma parte significativa da campanha separatista foi realizada nas páginas do Diário Popular e da A Província de São Paulo. Joaquim Fernando de Barros publicou os seus artigos de propaganda, intitulados, Cartas a FEPS e Amigo Nemo, nas páginas da A Província de São Paulo. Martim Francisco Ribeiro de Andrada também publicou uma série de artigos intitulados A Pátria Paulista, nas páginas do jornal.²⁶

Todavia, apesar dessa proximidade com dois importantes propagandistas do separatismo, além de outros, e apesar de ceder espaço em suas páginas para que os partidários do separatismo divulgassem as suas ideias, o jornal não aderiu abertamente à causa separatista. A evidente proximidade do jornal com o movimento secessionista, não influenciou a sua linha editorial, de modo a torná-lo num arauto da proposta.

Em diversas ocasiões o editorial do jornal lançou alertas quanto ao perigo do crescimento do movimento separatista em diversas regiões do Império. Nesses editoriais o jornal relacionava o separatismo com os descaso da administração imperial. Desse modo, o separatismo não seria um movimento naturalmente enraizado nas províncias, mas uma consequência nociva da má administração imperial.

Já em 1884, comentando um editorial do jornal Diário do Belém, o jornal paulista chamava a atenção para o crescimento do ciúme entre as regiões do país.

Há nesse artigo, como em outros, um sentimento que não condenamos, mas apontamos com tristeza, é um ciúme crescente contra o Sul e tomando as proporções de ódio.

É preciso combater esse sinal característico de desmembramento nacional, mas combater-lo com prudência, restabelecendo a ordem natural das relações das províncias e estreitando cordialmente essas relações.²⁷

Três anos depois, quando o movimento separatista já vicejava em São Paulo, o jornal voltou a demonstrar a sua apreensão e evidenciar o que considerava ser a causa desse fenômeno.

²⁶ A Província de São Paulo, diversos números de fevereiro a agosto de 1887.

²⁷ A Província de São Paulo, 20 de março de 1884.

Um ato do governo imperial vem ainda mais preparar os ânimos para a propaganda separatista que se está ativando nesta província sem feição partidária consoante aos interesses dos atuais agrupamentos políticos. Referimo-nos à supressão do Monte de Socorro e nova regulamentação da Caixa Econômica que passa a ser agregada à Tesouraria de Fazenda, o que equivale à extinção.²⁸

O jornal publicou os textos da campanha separatista por diversos motivos possíveis. Primeiramente, o jornal não se comprometia diretamente com a proposta, uma vez que os textos eram assinados pelos respectivos autores e publicados na Seção Livre, sendo provavelmente pagos. A campanha estava sendo impulsionada por membros eminentes do Partido Republicano, recusar-se a publicar os artigos poderia implicar na ruptura com uma importante parcela do movimento republicano paulista, o que poderia levar a uma redução da base de apoio do jornal. Finalmente, poderia ser do interesse do jornal e do partido republicano, dar publicidade ao movimento separatista, pois, o temor da fragmentação do país poderia ser utilizado em favor da causa descentralizadora e republicana.

Em um editorial datado de 25 de setembro de 1884, intitulado Centralização e Desmembramento, o jornal já estabelecia o que, segundo ele, seria a correlação fatal daquela conjuntura: o Império era centralização e a centralização era o desmembramento. Por outro lado, de acordo com o mesmo editorial, somente os republicanos proporcionariam uma correlação virtuosa, pois, somente uma república federativa possibilitaria a união voluntária, portanto, natural, dos elementos que compõem a nacionalidade brasileira.

A centralização nos leva fatalmente ao desmembramento do Império.

Já não há meio de obstar esse resultado da política egoística, de simples interesses pessoais, da elevação de certos indivíduos e rebaixamento de outros.

As províncias reagem contra essa política e levantam, umas contra as outras, queixas que pecam por injustas, se considerarmos a responsabilidade peculiar a cada uma, mas até certo ponto justificáveis, atendendo-se à responsabilidade do Império, do Governo Geral.

À uniformidade que esmaga reúnem-se a centralização que sufoca e a “politicagem” que aniquila. (...) Convém, todavia, tomar nota (das) alegações contra a centralização que determina o desmembramento do Império, e prova ser a descentralização o meio de corrigir as injustiças e a República Federativa o recurso mais seguro de manter a grande União Brasileira.

A monarquia sem a uniformidade, sem centralização, é coisa impossível, ela só pode conservar-se esterilizando a vitalidade das províncias.²⁹

²⁸ A Província de São Paulo, 14 de abril de 1887.

²⁹ A Província de São Paulo, 25 de setembro de 1884.

Neste momento, o jornal ecoava o manifesto que marcou a fundação do Partido Republicano no Brasil, em 1870. Naquele manifesto os republicanos já haviam estabelecido a correlação entre centralização e esfacelamento do país, ao passo, que somente a federação poderia estabelecer a união natural e harmônica da nação.

O regímen da federação baseado, portanto, na independência recíproca das províncias, elevando-as à categoria de Estados próprios, unicamente ligados pelo vínculo da mesma nacionalidade e da solidariedade dos grandes interesses da representação e da defesa exterior, é aquele que adotamos em nosso programa, como sendo o único capaz de manter a comunhão da família brasileira.

Se carecêssemos de uma fórmula para assinalar perante a consciência nacional os efeitos de um e outro regímen, nós o resumiríamos assim: *Centralização – Desmembramento; Descentralização – Unidade* (PESSOA, 1973, p. 56).

Desse modo, o comportamento do jornal A Província de São Paulo perante a campanha separatista que medrou na província em 1887, refletia a estratégia do Partido Republicano. Apesar da campanha ter sido implementada, em grande parte, por republicanos, a rejeição pelo congresso do partido da moção proposta por Campos Salles, em maio de 1887, demonstra que a maioria dos republicanos não concordava com a proposta. Longe de demonstrar adesão ao separatismo, ao dar publicidade às ideias secessionistas, o jornal pretendia fundamentar a tese dos republicanos de que o Império, com a sua estrutura político-administrativa unitária, levaria o país ao esfacelamento. Pode-se afirmar que a atuação do jornal foi pedagógica, pois, visava incutir em seus leitores o projeto político de um Estado republicano e federativo e evidenciar o perigo de se protelar aplicação desse projeto, assim acreditava.

Considerações Finais

Dois anos após a fundação do seu partido, os republicanos fundaram A Província de São Paulo, um jornal para veicular as suas ideias. Criado graças a contribuição financeira de fazendeiros e negociantes, dirigida por advogados e jornalistas, novo jornal era típico da realidade brasileira do século XIX. Naquele momento os jornais corporificavam a aliança da elite letrada com a elite econômica. Apesar da profissão de fé pela imparcialidade, afirmada pelo A Província de São Paulo no momento de seu lançamento, a própria razão de ser da imprensa no Brasil daquele momento impedia o cumprimento dessa promessa. O jornal, além de ser o mais importante veículo de comunicação de massa, era, por isso

mesmo, um instrumento no embate entre os diversos projetos políticos nacionais. Todos os jornais estavam necessariamente a serviço de alguma opinião que se digladiava na arena política.

Desse modo, A Província de São Paulo não poderia ficar à parte da campanha pela descentralização político-administrativa e do movimento separatista que vicejou na província em 1887. O jornal aderiu à campanha descentralizadora e cedeu espaço para a campanha separatista.

Todavia, a evidente proximidade do jornal com o movimento secessionista, não influenciou a sua linha editorial, de modo a torná-lo num arauto da proposta separatista. Apesar de seu empenho pela causa descentralizadora e da proximidade com dois importantes propagandistas do separatismo (Campos Salles e Alberto Salles), o jornal cedeu espaço em suas páginas para que os partidários do separatismo divulgassem as suas ideias, mas, em seus editoriais não aderiu abertamente à causa separatista.

Em diversas ocasiões o editorial do jornal lançou alertas quanto ao perigo do crescimento do movimento separatista em diversas regiões do Império. Nesses editoriais o jornal relacionava o separatismo com os descaso da administração imperial. Desse modo, o separatismo não seria um movimento naturalmente enraizado nas províncias, mas uma consequência nociva da má administração imperial.

Foi o empenho em fazer propaganda pela descentralização, ou denunciar os males da centralização, que fez A Província de São Paulo ceder espaço em suas páginas para que os propagandistas do separatismo paulista divulgassem suas ideias. Por outro lado, a campanha estava sendo impulsionada por membros eminentes do Partido Republicano Paulista, recusar-se a publicar os artigos poderia implicar na ruptura com uma importante parcela do movimento republicano, o que poderia levar a uma redução da base de apoio do jornal. Finalmente, era do interesse do jornal e do partido republicano, dar publicidade ao movimento separatista, pois, o temor da fragmentação do país poderia ser utilizado em favor da causa descentralizadora e republicana.

Desse modo, o comportamento do jornal A Província de São Paulo perante a campanha separatista que medrou na província em 1887, apenas refletia a estratégia do Partido Republicano o que, mais uma vez, evidencia a ligação do jornal com partido.

Bibliografia

- ADDUCI, Cássia Chrispiniano. **A “Pátria Paulista”**. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2000.
- ALVES, Francisco das Neves. “Imprensa, História e Política: uma proposta metodológica ao debate sobre o tema no contexto brasileiro do século XIX”. **Comunicação & Política**, Rio de Janeiro: CEBELA, v. VI, n. 1, pp. 245-257, jan./abr. 1999.
- BOEHRER, George C. A. **Da monarquia à república: história do Partido Republicano do Brasil (1870-1889)**. Rio de Janeiro: MEC, 1954.
- CAPELATO, Maria Helena. **Os arautos do liberalismo, imprensa paulista (1920-1945)**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. **O bravo matutino, imprensa e ideologia no jornal “O Estado de São Paulo”**. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.
- CASALECCHI, José Ênio. **O Partido Republicano Paulista (1889-1926)**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- DINIZ, Adalton Franciozo. **Centralização política e apropriação de riqueza: análise das finanças do Império brasileiro (1821-1889)**. São Paulo, 2002. 245 f. Tese (Doutorado em História Econômica). FFLCH/USP.
- ESTADO de São Paulo, O: banco de dados. In: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC-FGV). **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/index.htm>. Acesso em: 8 dez. 2004.
- ESTADO de São Paulo, O: **A Província de São Paulo (1875 a 1889)**
- FREITAS, Affonso A. de. **A Imprensa Periódica de São Paulo**. São Paulo: Diário Oficial, 1915.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Do Império à República**. São Paulo: Difel, 1985. (História Geral da Civilização Brasileira, 7).
- MILLIET, Sérgio. **Roteiro do café e outros ensaios**. São Paulo: Hucitec/INL, 1982.
- MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. **Palavra, Imagem e Poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- PESSOA, Reynaldo X. Carneiro. **A ideia republicana no Brasil através dos documentos**. São Paulo: Alfa-Omega, 1973.
- SALLES, João Alberto. **A Pátria Paulista**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1983.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Retrato em Branco e Negro**. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.